



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

Aos 21 dias do mês de julho de 2020, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

- 1. Aprovação da ata n.º 44;**

- 2. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 50/XIV/1.ª (ALRAM) - "Aumento das deduções à coleta das despesas com educação e formação, por força da pandemia da COVID-19 - Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro";
Cabe ao GP PAN**

- 3. Votação do Parecer da iniciativa europeia COM (2020)240 - "Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida de imposto especial sobre o consumo de certos produtos alcoólicos produzidos nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores";
Relator: Deputada Vera Braz**

- 4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 7/XIV/1.ª (GOV) - "Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) n.ºs 2018/1910 e 2019/475";**

- 5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 12/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo";**

- 6. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 16/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento**



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal";

7. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XIV/1.ª (GOV) - "Altera a Lei de Enquadramento Orçamental";**

8. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 40/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 e a Diretiva (UE) 2019/1995, alterando o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico";**

9. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 48/XIV/1.ª (GOV) - "Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à doença COVID-19";**

10. **Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 260/XIV/1.ª (PSD) - "Reparação das injustiças fiscais contra os pensionistas";**

11. **Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 410/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Procede à interpretação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, clarificando o âmbito de aplicação retroativa do artigo 74.º do Código do IRS";**

12. **Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 441/XIV/1.ª (PS) - "Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando a aplicação do artigo 74.º";**



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

13. Ratificação das votações indiciárias das iniciativas legislativas, ocorridas no Grupo de Trabalho - "Comissões Bancárias";

14. Discussão e votação do parecer da Conta Geral do Estado 2018 Relator: Deputado António Gameiro

15. Outros assuntos.

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação da ata n.º 44;

Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade, na ausência do PAN, do CH e do IL.

2. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 50/XIV/1.ª (ALRAM) - "Aumento das deduções à coleta das despesas com educação e formação, por força da pandemia da COVID-19 - Proceda à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro";

Cabe ao GP PAN

Não estando presente qualquer deputado do GP PAN, o senhor presidente referiu que será indicado posteriormente o autor do parecer.

3. Votação do Parecer da iniciativa europeia COM (2020)240 - "Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida de imposto especial sobre o consumo de certos produtos alcoólicos produzidos nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores";
Relator: Deputada Vera Braz

A Senhora Deputada Vera Braz apresentou o parecer de que foi autora.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

Não tendo sido registado qualquer pedido de palavra, foi o parecer aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, do CH e do IL.

4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 7/XIV/1.ª (GOV) - "Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) n.ºs 2018/1910 e 2019/475";

Não tendo havido nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato à votação da alteração proposta pelo PSD, relativa à substituição do artigo 7.º da proposta de lei, a qual foi aprovada com a abstenção do BE e PCP e o voto favorável do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do PAN, IL e CH, que embora tenha registado a sua presença via Skype, não manifestou sentido de voto.

Foram, de seguida, votados os artigos da proposta de lei, à exceção do aditamento do n.º 2 ao artigo 14.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias que foi sujeito a votação autónoma, tendo sido aprovados com os votos favoráveis do PS e PSD e a abstenção do BE, PCP e CDS-PP, na ausência do PAN, IL e CH.

O aditamento do n.º 2 ao artigo 14.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, foi também aprovado com os votos favoráveis do PS e PSD, a abstenção do BE e do PCP e o voto contra do CDS-PP, na ausência do PAN, IL e CH.

5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 12/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo";

O Senhor Presidente, começou por referir que existem propostas de alteração do PS e do PSD a esta Proposta de Lei, identificando as páginas do guião de onde constam essas propostas.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), sugeriu a agregação da votação de acordo com a autoria por partidos, passando-se de seguida à votação dos artigos da Proposta



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

de lei, no que todos anuíram.

Todas as propostas de alteração do PS, foram aprovadas com a abstenção do BE, PCP e CDS-PP e os votos favoráveis do PS e do PSD, na ausência do PAN, IL e CH, que embora tenha registado a sua presença via Skype, não manifestou sentido de voto.

As propostas de alteração do PSD relativas à emenda da alínea i) do n.º 2 do artigo 394.º (página 7 do guião) e à emenda do n.º 9 do artigo 245-C (página 22 do guião) foram votadas autonomamente a pedido do Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) tendo sido rejeitadas com a abstenção do BE e PCP, os votos favoráveis do PSD e CDS-PP e o voto contra do PS, na ausência do PAN, IL e CH, que embora tenha registado a sua presença via Skype, não manifestou sentido de voto. As restantes propostas de alteração do PSD foram aprovadas com a abstenção do BE e PCP e os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do PAN, IL e CH, que embora tenha registado a sua presença via Skype, não manifestou sentido de voto.

Entrando na votação dos artigos da proposta de lei, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) solicitou a votação desagregada do n.º 2 do artigo 29.º-E (página 18) e dos artigos 251.º - A a 251.º - D (última votação da página 26, até à terceira votação da página 34). Submetidos a votação, estes artigos foram aprovados com a abstenção do BE e PCP e os votos favoráveis do PS e PSD e o voto contra do CDS-PP, na ausência do PAN, IL e CH, que embora tenha registado a sua presença via Skype, não manifestou sentido de voto. Os restantes artigos foram aprovados com a abstenção do BE e PCP e CDS-PP e os votos favoráveis do PS e PSD, na ausência do PAN, IL e CH, que embora tenha registado a sua presença via Skype, não manifestou sentido de voto.

6. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 16/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal";

A pedido do PSD, este ponto ficou adiado para a reunião a realizar no dia seguinte.

7. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XIV/1.ª (GOV) - "Altera a Lei de Enquadramento Orçamental";

A pedido do PS, este ponto ficou adiado para a reunião a realizar no dia seguinte.

8. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 40/XIV/1.ª (GOV) - "Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 e a Diretiva (UE) 2019/1995, alterando o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico";

O Senhor Deputado Duarte Pacheco solicitou a palavra para dizer que o PSD não vai obstaculizar a discussão e votação desta iniciativa, querendo contudo fazer notar que considera que esta iniciativa é um exemplo do tipo de processo legislativo que não pode continuar. Não foi pedido qualquer parecer ou realizada qualquer audição e não foi possível fazer uma análise profunda do documento, sendo certo que nem sequer havia urgência, pois as normas só entram em vigor em julho do próximo ano.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) pediu a palavra para reiterar as palavras do Senhor Deputado Duarte Pacheco.

Não havendo qualquer proposta de alteração, passou-se de imediato à votação da proposta de lei no seu conjunto, a qual foi aprovada com o voto favorável do PS e a abstenção do PSD, BE, PCP e CDS-PP, na ausência do PAN, IL e CH.

9. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 48/XIV/1.ª (GOV) - "Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à doença COVID-19";

Não havendo qualquer proposta de alteração, passou-se de imediato à votação da proposta de lei.

A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) solicitou a desagregação da votação de um artigo. De seguida, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) disse que tinha três sentidos de voto diferentes, pelo que sugeriu que fosse seguido o guião, no que todos anuíram.

A proposta de lei foi aprovada, tendo os partidos manifestado os sentidos de voto constantes do [guião de votação](#).

10. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 260/XIV/1.ª (PSD) - "Reparação das injustiças fiscais contra os pensionistas";

A pedido do PSD, este ponto ficou adiado para a reunião a realizar no dia seguinte.

11. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 410/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Procede à interpretação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, clarificando o âmbito de aplicação retroativa do artigo 74.º do Código do IRS";

A pedido do PSD, este ponto ficou adiado para a reunião a realizar no dia seguinte.

12. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 441/XIV/1.ª (PS) - "Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando a aplicação do artigo 74.º";

A pedido do PSD, este ponto ficou adiado para a reunião a realizar no dia seguinte.

13. Ratificação das votações indiciárias das iniciativas legislativas, ocorridas no Grupo de Trabalho - "Comissões Bancárias";



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

O senhor deputado Carlos Silva (PSD) solicitou que o projeto de lei n.º 216/XIV/1.ª do PSD, fosse avocado para o plenário da Comissão.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) solicitou de seguida que este projeto de lei fosse adiado para a reunião a realizar no dia seguinte.

Relativamente às restantes iniciativas, as votações realizadas em sede de Grupo de Trabalho, foram integralmente ratificadas pelo plenário da COF.

14. Discussão e votação do parecer da Conta Geral do Estado 2018

Relator: Deputado António Gameiro

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) apresentou o parecer de que foi autor, tendo salientado os pontos que considerou mais relevantes.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) pediu a palavra para referir que o que se está a votar é o relatório e não a política seguida pelo Governo pois, quanto a esta, a posição do PSD é, como é sabido, negativa. O Senhor Deputado começou por colocar uma dúvida relativa ao objeto da votação em plenário, a saber: se se vota o relatório ou antes a conta, o que para ele não é claro em face da redação do relatório, que parece indicar que é votado o parecer, quando, efetivamente, pensa que o que se vota é a conta, deixando pois esta dúvida ao relator. Quanto ao relatório em si, entende que é factual, embora tenha referido que, se tivesse sido autor do parecer, teria dado relevância a outros pontos levantados pelo CES e pelo Tribunal de Contas (TdC). Por fim, deixou a nota de que entende que este é um relatório muito denso, sendo pois, os três minutos disponíveis para discussão em plenário, manifestamente pouco. Neste contexto, deixou o repto, em nome do PSD, para que nesta legislatura se dê o passo para dignificar este debate, alterando o enquadramento desta matéria.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) cumprimentou o Senhor deputado relator, saudando-o pela realização deste relatório que é um trabalho bastante exaustivo e afirmando que ele é factual face às críticas apresentadas, embora tenha afirmado também que se fosse autor, destacaria outras críticas feitas pelo CES e TdC, tais como relativas às Parcerias Público-Privadas e ao combate à fraude e evasão fiscal.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) pediu a palavra para cumprimentar também o Deputado Relator. Quanto ao modelo de discussão da Conta Geral do



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

Estado, disse que estava de acordo que seria importante repensá-lo e alterá-lo, embora tenha dificuldades em indicar alternativas.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) pediu a palavra para cumprimentar o Deputado Relator, reconhecendo o trabalho subjacente a este parecer. Disse ainda associar-se às preocupações manifestadas pelos colegas quanto ao modelo de discussão da Conta Geral do Estado, devendo ser feita uma reflexão sobre o tema para arranjar uma solução alternativa.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) subscreveu as palavras do Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) e disse que, na sua perspetiva a grande questão seria convencer o TdC a apresentar o seu parecer num prazo mais curto, por exemplo quatro meses. Se assim fosse, poderia ser feito o debate de forma mais atual pois analisar-se-ia o ano “N-1”.

O Senhor Presidente disse concordar também com esta reflexão.

O Senhor Deputado Relator agradeceu de seguida as palavras de todos. Quanto à dúvida do senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) disse que é votada a conta e que a referência ao relatório se deve a um lapso. Acompanhou também as preocupações do senhor deputado Duarte Pacheco (PS) quanto ao tempo para emissão de parecer.

Submetido à votação, foi o relatório aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, IL e CH.

15. Outros assuntos.

Tendo em conta que a votação de grande parte das iniciativas foi adiada para o dia seguinte, foi acordado, mediante sugestão do Senhor Presidente, antecipar o horário da reunião das 10h00 para as 10h30.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) pediu a palavra para solicitar que fosse incluída a redação final da proposta de lei n.º 34/XIV/1.ª na reunião do dia seguinte, no que todos anuíram.

A reunião foi encerrada às 15:36 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 21 julho 2020.

O PRESIDENTE

(FILIPE NETO BRANDÃO)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 56/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
André Ventura
Carlos Brás
Carlos Silva
Cecília Meireles
Duarte Alves
Duarte Pacheco
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hugo Carneiro
João Gouveia
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
Ana Miguel dos Santos
António Gameiro
João Paulo Pedrosa
Lina Lopes
Marcos Perestrello
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
André Silva
João Cotrim de Figueiredo